PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. Marcelo Belinati)

Acrescenta o inciso VII no parágrafo segundo do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tornar crime de estelionato a abertura de empresas em nome de terceiros (laranjas).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Seja acrescentado o inciso VII e VIII no parágrafo segundo do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a seguinte redação:

“Art. 171

§ 2º.....

Fraude na abertura ou transferência de empresas

VII – abrir empresa em nome de terceiros, que atuem como sócios meramente formais, não participando da administração e dos lucros do negócio, com o objetivo de fraudar a Fazenda Pública, licitações, trabalhadores, outros comerciantes, fornecedores, credores ou qualquer outro fim ilícito; ou a transfere para terceiros buscando estes fins.

VIII – pelo crime descrito no inciso anterior, também respondem aqueles que se prestarem a figurar como sócios meramente formais de empresas, sem terem com elas vínculos materiais,

participação na administração e nos lucros.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do presente Projeto de Lei é evitar a prática, infelizmente comum em nosso país, de se constituir empresas para burlar a lei. Para isso o projeto torna crime de estelionato o ato de se abrir empresas em nome de terceiros (“laranjas”) com o objetivo de burlar a lei.

Não são raros os casos em que uma pessoa mal intencionada abre uma firma fictícia em nome de interposta pessoa – “laranja” –, ficando por trás da empresa, munido de uma procuração Pública com poderes amplos e ilimitados de gestão, passando então a aplicar os mais variados golpes na praça, de modo que, uma vez executada a empresa, descobre-se que a mesma só existe de direito, mas de fato não passa do que se convencionou chamar de “fantasma”, desprovida de qualquer patrimônio garantidor de suas dívidas, geralmente contraídas pelo espertalhão gestor, mas que na verdade é o seu mentor e proprietário, beneficiário maior das vultosas quantias desviadas em prol de seu patrimônio, inalcançado quando do acionamento judicial da empresa “fantasma”.

Os trabalhadores brasileiros são, também, grandes vítimas destes golpes. Frequentemente, ao entrar com ações trabalhistas em busca de seus direitos, se deparam com empresas totalmente desprovidas de bens e com sócios completamente alheios à administração da empresa e sem qualquer possibilidade de arcar com os débitos trabalhistas.

Não é raro, também, ver que algumas licitações acabam fraudadas por empresas que são constituídas apenas para forjar concorrências que não existem. Sem contar empresas constituídas por agentes públicos, com o objetivo de fornecer produtos que, na realidade, vêm

de outros comerciantes, com o simples objetivo de superfaturar preços e fraudar o erário. Dificultar estas ações é, certamente, um dos principais objetivos deste projeto.

Outro caso bastante comum ocorre quando a empresa devedora de impostos se encontra na iminência de sofrer processos de execuções fiscais e penhoras de bens. É justamente nessa fase que alguns empresários se utilizam, cada vez mais, da prática de constituir outra empresa, na busca de proteger seu patrimônio e manter sua atividade intocável. Para isso, passam a empresa devedora para o nome de terceiros, deixando com eles a empresa endividada sem qualquer patrimônio e partem para um novo empreendimento, que na verdade é a velha firma de sempre, sem qualquer dívida.

Outro fenômeno ilegal que o projeto busca combater é a evasão fiscal causada com o início da vigência do Simples Nacional – ou Super-Simples. Muitos empresários começaram a abrir novas empresas, em nome de laranjas para encaixarem seus negócios no novo regime de tributação simplificada, que permite o pagamento de uma carga tributária reduzida e de forma mais simplificada.

Ainda, existem quadrilhas que agem em todo o Brasil, especializadas em montar empresas “fantasmas” em nome de “laranjas” apenas para dar golpes em fornecedores. Estas quadrilhas montam toda uma estrutura, contratam funcionários e começam a comprar mercadorias do máximo de fornecedores que conseguirem para, ao fim e ao cabo, desaparecerem “na calada da noite”, deixando para trás, dívidas trabalhistas, fiscais e com fornecedores. Em alguns casos compram pequenas empresas constituídas há muitos anos para dar impressão de solidez, trocam os sócios por laranjas e aplicam o golpe.

O grande facilitador para que estes crimes ocorram é a amenidade das punições aplicadas. Mesmo quando o esquema todo é

descoberto e o caso vai a julgamento, as penas aplicadas são muito brandas. Principalmente em relação aos “laranjas” que são acusados, no máximo, por falsidade ideológica. Se este agente, essencial para a construção do golpe, for punido com mais seriedade e contundência, certamente teremos um grande desincentivo para que pessoas comuns assumam este risco.

Recentemente, o sócio de uma empresa foi denunciado pelo Ministério Público por crime contra a ordem tributária (Lei 8.137/90), mas conseguiu provar que apenas cedeu seu nome para terceiros atuarem como proprietários de fato da empresa, até confessando que assim procedeu mediante remuneração, ficando caracterizado que operou como “laranja”. A partir daí sua situação passou a ser alvo de grande controvérsia, quanto às consequências para o papel a que se prestou.¹

Na sentença, o “laranja” foi absolvido porque, não tendo efetivo poder de gerência sobre a atividade da empresa, não seria autor do delito, e nem podendo haver desclassificação para o crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP), pois não foi narrado na denúncia. Mesmo que fosse condenado por falsidade ideológica, o sócio formal receberia, no pior dos casos, uma pena de três anos. Certamente não iria preso, recebendo o benefício de uma transação penal ou algo parecido. Com nosso projeto, isso mudaria, com o “laranja” podendo ser condenado a até 05 anos de prisão e começando o cumprimento em regime fechado.

As leis brasileiras têm sido muito brandas com os crimes praticados contra trabalhadores, a Fazenda Pública e o comércio. Precisamos mudar isso para ter um país mais justo e desenvolvido. Este é o principal objetivo do presente Projeto de Lei.

Portanto, tendo em vista o dever de todos, em especial dos membros desta Nobre Casa, de buscar soluções para o progresso do país, vimos apresentar a presente proposição.

Por todo o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para aprovação da medida, que atenta aos clamores da justiça, busca mitigar o cometimento de um crime tão comum e tão pernicioso à sociedade.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado **Marcelo Belinati**

PP/PR

¹ <http://www.conjur.com.br/2015-jan-15/jurisprudencia-fiscal-carf-enquadramento-penal-laranja-outras-questoes-tributarias>